

# BOLETIM **DIIESE** DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS DE CONJUNTURA

Número 34 – Junho/Julho de 2022



## **ECONOMIA LENTA, POBREZA ACELERADA**

O ano decisivo para os rumos do país, diante das eleições gerais em outubro, começou com mais do mesmo: economia em ritmo lento e aumento da pobreza em ritmo acelerado.

Os indicadores econômicos que apresentam ligeira melhora estão referidos a períodos ainda fortemente impactados pela pandemia e continuam ancorados em bases frágeis, indicando fôlego curto.

Por outro lado, as desigualdades sociais e econômicas e a pobreza se acentuam em ritmo acelerado. Em 2022, 14 milhões de brasileiros se somaram a outros 19 milhões que já sobreviviam em situação de fome no país. São 33 milhões de pessoas sem ter o que comer e mais da metade da população em algum grau de insegurança alimentar, segundo relatório da Rede Penssan (Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional).

A “PEC do desespero eleitoral”, aprovada no Congresso Nacional e transformada na Emenda Constitucional 123/22, é uma tentativa do governo de reverter o quadro eleitoral, distribuindo benefícios somente até o final do ano, sem que esteja, de fato, articulada com uma mudança de estratégia na política econômica e nas políticas sociais. Puro casuísmo eleitoral.

Além disso, a recente privatização da Eletrobras<sup>1</sup> aumenta o risco de elevação das tarifas de energia elétrica e solapa a soberania e a segurança energética nacional, indo na contramão do mundo. Os próprios acontecimentos na guerra da Ucrânia mostram que é urgente retomar os instrumentos do Estado para indução do desenvolvimento econômico soberano, com distribuição de renda e proteção ambiental, reduzindo as desigualdades sociais e regionais.

<sup>1</sup> <https://www.dieese.org.br/infografico/2022/eletrobras.pdf>

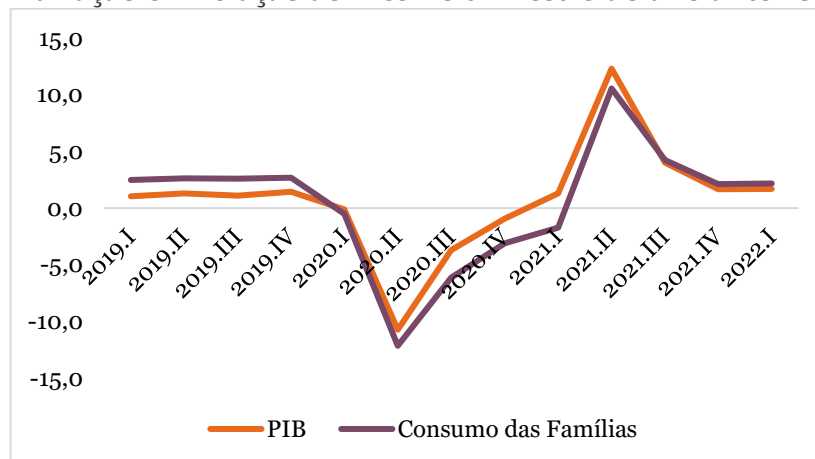
## Economia em ritmo lento

A economia brasileira cresceu apenas 1,0% no 1º trimestre deste ano, na comparação com o último trimestre de 2021, na série com ajuste sazonal. Na comparação com o primeiro trimestre de 2021, o crescimento foi de 1,7%. Após a queda abrupta da atividade econômica no início da pandemia, a recuperação a partir de 2021 teve uma base de comparação muito baixa e o início de 2022 mostra que a economia brasileira apenas voltou ao observado antes da pandemia: crescimento lento e heterogêneo. O nível da atividade econômica continua abaixo do verificado em 2014!

O crescimento na comparação interanual se deve, ainda, à “ocupação dos espaços ociosos” da economia, derivados de parte da demanda reprimida na pandemia, principalmente no setor de serviços. Assim, embora o setor tenha tido crescimento de 3,7%, influenciado pela retomada de várias atividades presenciais, o comércio recuou (-1,5%). Também a indústria geral teve resultado negativo (-1,5%), com mais intensidade a indústria de transformação (-4,7%), assim como a agropecuária (-8,0%).

O consumo das famílias teve o quarto trimestre seguido de crescimento, na comparação interanual (Gráfico 1). Contudo, para além dos efeitos iniciais da pandemia, afetando a base de comparação, deve-se ter cautela na análise deste dado, tendo em vista o aumento da desigualdade social no país, de forma que esse aumento do consumo está longe de ser homogêneo entre as famílias.

**Gráfico 1 - Evolução do Produto Interno Bruto e do Consumo das Famílias**  
Variação em relação ao mesmo trimestre do ano anterior (em %)



Fonte: IBGE  
Elaboração: DIEESE

## Aumento da pobreza em ritmo acelerado

Segundo pesquisa da Rede Penssan<sup>2</sup>, 40% dos domicílios brasileiros convivem com algum tipo de insegurança alimentar, o que representa cerca de 125,2 milhões de pessoas, mais da metade da

<sup>2</sup> <https://pesquisassan.net.br/20-inquerito-nacional-sobre-inseguranca-alimentar-no-contexto-da-pandemia-da-covid-19-no-brasil/>

população do país. Cerca de 15% da população, equivalente a 33 milhões de pessoas, estão em situação de fome, das quais 14 milhões passaram a esta dramática condição no último ano. Como afirma a pesquisa: “O país regrediu para um patamar equivalente ao da década de 1990”.

As regiões Norte e Nordeste são as mais impactadas: 71,6% e 68,0% das respectivas populações têm algum grau de insegurança alimentar. No Norte, 25,7% das famílias convivem com a fome e, no Nordeste, 21,0%.

O aumento da pobreza está diretamente ligado à perda de rendimento e ao aumento do custo de vida. O valor da cesta básica de alimentos, apurado pelo DIEESE em 17 capitais, aumentou mais de 26% em Recife, nos 12 meses encerrados em junho, a maior variação registrada. Em seguida aparecem Salvador (+24%), Campo Grande (+24%) e São Paulo (+24%). As menores variações registradas foram em Vitória e Curitiba, com aumentos de 13%.

**Tabela 1 - Custo da cesta básica de alimentos e variação em 12 meses - Junho de 2022**

Capital	Valor da cesta	Varição em 12 meses (%)
São Paulo	777,01	23,97
Florianópolis	760,41	17,82
Porto Alegre	754,19	17,42
Rio de Janeiro	733,14	18,39
Campo Grande	702,65	23,97
Curitiba	701,26	13,37
Brasília	698,36	19,38
Vitória	692,84	13,34
Goiânia	674,08	22,23
Fortaleza	657,00	21,30
Belo Horizonte	648,77	21,95
Belém	632,26	21,93
Recife	612,34	26,54
Natal	611,79	22,31
João Pessoa	586,73	18,35
Salvador	580,82	24,29
Aracaju	549,91	16,76

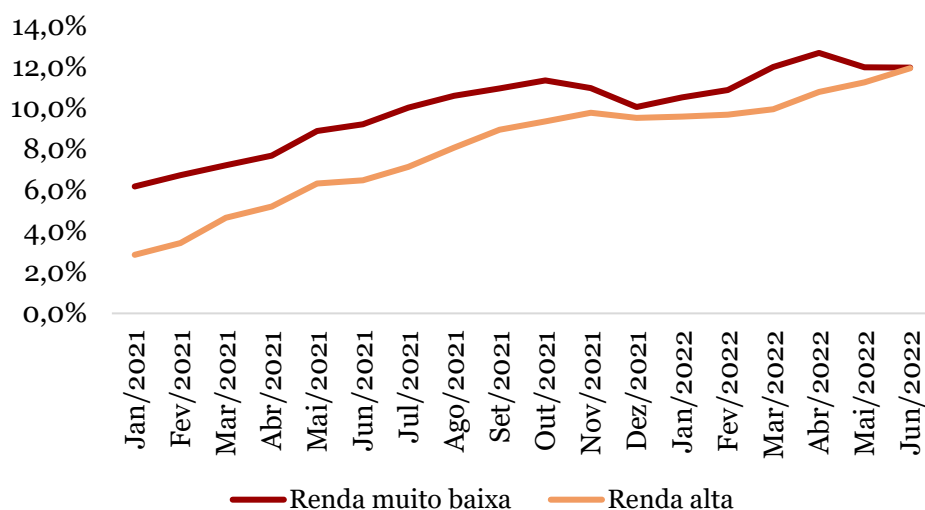
Fonte: DIEESE

Além disso, a inflação continua castigando a população<sup>3</sup>. Nos 12 meses encerrados em junho, a inflação para as pessoas de renda muito baixa atingiu 12,0%, percentual também registrado para o

<sup>3</sup> [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/220714\\_cc56\\_notas5\\_ifr\\_jul22.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/220714_cc56_notas5_ifr_jul22.pdf)

segmento de renda alta, cuja taxa inflacionária deu uma acelerada em junho, segundo o Índice de Preços ao Consumidor Amplo, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IPCA-IBGE). Na média, a inflação nesse período foi de 11,9%.

**Gráfico 2 - Evolução da Inflação no Brasil (IPCA-IBGE)  
(Variação acumulada em 12 meses)**



Fonte: Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada)

O rendimento real domiciliar por pessoa (*per capita*) atingiu o menor valor desde 2012, quando o levantamento começou a ser feito pelo IBGE<sup>4</sup>. Em valores atualizados para 2021, o rendimento médio mensal domiciliar *per capita* ficou em R\$ 1.353 e os menores valores foram registrados na região Norte, R\$ 871, e no Nordeste, R\$ 843. As outras regiões registraram valores quase duas vezes maiores. Aproximadamente metade da população teve rendimento médio mensal de R\$ 415, em 2021, valor ainda menor que os R\$ 489 de 2020. Já o 1% da população de maior renda teve rendimento médio de R\$ 15.940. Assim, esse grupo teve rendimento 38 vezes maior que a média dos 50% da população de menor renda.

## Reajustes salariais e poder de compra

De acordo com o boletim “De Olho nas Negociações”, cerca de 37% dos reajustes salariais das categorias com data-base em junho, analisados pelo DIEESE até 11/07, resultaram em ganhos reais aos salários. É o maior percentual de resultados acima da inflação por data-base desde setembro de 2020, quando foram registrados aumentos reais em cerca de 44% dos casos analisados. Apesar disso, a variação real média dos reajustes em junho seguiu negativa (-0,58%).

<sup>4</sup> <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/34052-em-2021-rendimento-domiciliar-per-capita-cai-ao-menor-nivel-desde-2012>

Outros 37% registraram reajustes iguais à variação dos preços dos últimos 12 meses e 26% ficaram abaixo.

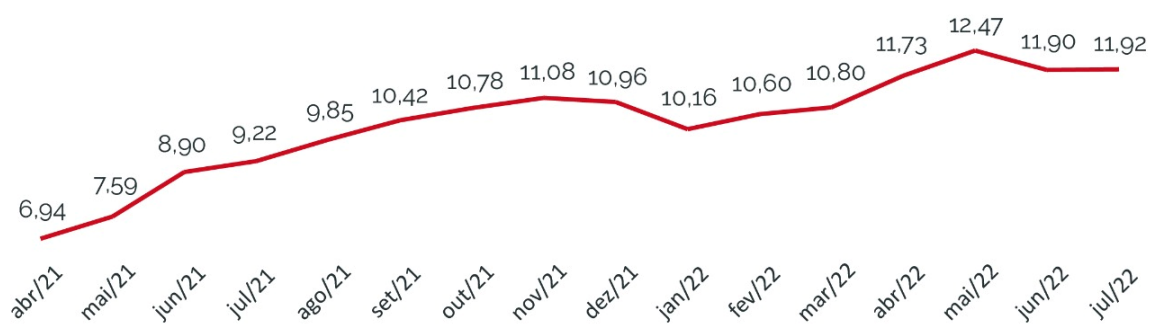
No agregado de 2022, resultados acima da inflação representam cerca de 21% do painel analisado; reajustes iguais ao INPC, 35%; e abaixo, 43%. A variação real média no ano é de -0,80%.

**Gráfico 3 – Variação real média dos reajustes**  
Janeiro de 2021 a junho de 2022



Fontes: Ministério do Trabalho e Previdência. Mediador; DIEESE

**Gráfico 4**  
**Reajuste necessário para repor as perdas por data-base**  
Janeiro de 2021 a junho de 2022



Fontes: IBGE; DIEESE

## Desafios da conjuntura e o compromisso com a mudança

O cenário internacional se mostra cada vez mais desafiador, com a continuidade da guerra na Ucrânia e os impactos nos preços internacionais e na atividade econômica mundial. As cadeias produtivas, já desorganizadas/reorganizadas com a pandemia, sofrem novos impactos e contribuem para a aceleração da inflação e a desaceleração do crescimento econômico em praticamente todos os

países. Contudo, as formas como cada país lida com essa conjuntura variam conforme os instrumentos de Estado e a disposição de governo.

No Brasil, a privatização da Eletrobras e o progressivo desmonte da Petrobras, aliados a uma política de elevação de juros, tende a aprofundar os impactos negativos do cenário internacional, e não a atenuá-los. A estratégia de combater a inflação contraindo a atividade econômica só leva à recessão, ao desemprego e à fome.

Na pauta de reivindicações de 2021, 88% das greves incluíram itens de caráter defensivo<sup>5</sup>. As menções à manutenção de condições vigentes e ao descumprimento de direitos ocuparam proporções muito semelhantes (51% e 50%, respectivamente). O balanço de greves do DIEESE, referente a 2021<sup>6</sup>, aponta a ocorrência de 721 greves, número um pouco acima do verificado em 2020 e bem abaixo do que se verificou entre 2017 e 2019, quando as paralisações chegaram a superar o patamar de 1.500 ao ano.

Ou seja, em 2021, com a deterioração acentuada das condições de vida, elevado desemprego, queda de renda e inflação crescente, as greves apresentaram dominância de pautas defensivas, diante de um ambiente de relações de trabalho deteriorado.

O debate eleitoral foi antecipado em muitos meses e as ações sindicais refletem a mobilização visando fazer prevalecer a Agenda da Classe Trabalhadora nas eleições de outubro, já entregue aos principais pré-candidatos. Além disso, em 2022, as entidades sindicais têm buscado antecipar as negociações coletivas das datas-bases do segundo semestre e garantir ao menos recomposição da elevada inflação, coordenando forças para reconstruir possibilidades de crescimento do emprego e da renda, com o reforço de candidaturas comprometidas com a Agenda da Classe Trabalhadora.

---

<sup>5</sup> As greves denominadas defensivas são as que se caracterizam pela busca de proteção de condições de trabalho vigentes, ameaçadas por algum tipo de deterioração; pelo respeito a condições mínimas de trabalho, saúde e segurança; ou contra o descumprimento de direitos estabelecidos em acordo, convenção coletiva ou legislação.

<sup>6</sup> Disponível em <https://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2022/estPesq102Greves2021.html>



Escritório Nacional  
Rua Aurora, 957, Centro, São Paulo, SP  
CEP 01209-001  
Tel.: 11 3874-5366 – 11 3821-2199  
www.dieese.org.br

**Presidente - Maria Aparecida Faria**

Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Saúde no Estado de São Paulo – SP

**Vice-presidente - José Gonzaga da Cruz**

Sindicato dos Comerciantes de São Paulo – SP

**Secretário Nacional - Paulo Roberto dos Santos Pissinini Junior**

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba - PR

**Diretor Executivo - Alex Sandro Ferreira da Silva**

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região - SP

**Diretor Executivo - Antônio Francisco da Silva**

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel - SP

**Diretor Executivo - Gabriel César Anselmo Soares**

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo – SP

**Diretora Executiva - Elna Maria de Barros Melo**

Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco - PE

**Diretora Executiva - Mara Luzia Feltes**

Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS

**Diretora Executiva - Maria Rosani Gregorutti Akiyama Hashizumi**

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP

**Diretor Executivo - Claudionor Vieira do Nascimento**

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP

**Diretor Executivo - Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa**

Sindicato dos Eletricistas da Bahia - BA

**Diretor Executivo - Carlos Ortiz**

Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos - CNTM

**Diretora Executiva - Zenaide Honório**

Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo – SP

**Direção Técnica**

Fausto Augusto Júnior – Diretor Técnico

José Silvestre Prado de Oliveira – Diretor Adjunto

Patrícia Pelatieri – Diretora Adjunta

**Equipe Responsável**

Cesar Andaku

José Álvaro Cardoso

Thomaz Ferreira Jensen

Carlindo Rodrigues de Oliveira (revisão)

Geni Marques (revisão e edição)

Eliana Martins (padronização bibliográfica)